

# Maria José Camelo Maciel Vitória Régia Cordeiro Veras\*

## Cultura sócio-política brasileira: Limites e possibilidades de construção de um projeto nacional de emancipação da “nação brasileira”.

**RESUMO:** Este artigo aborda as formas de dominação exercidas em alguns momentos de construção histórica da sociedade brasileira, analisando o mito fundado a partir do descobrimento do Brasil e as formas de ocupação do território brasileiro enquanto fatores impeditivos do povo brasileiro construir uma consciência de si mesmo enquanto sujeitos na história e ao mesmo tempo analisa também as repercussões político-sociais da polarização extremada entre grupos sociais constituídos de um lado pelos que exercem o poder e o mando e por outro lado, pelos que se submetem. A partir dessa compreensão, lança alguns questionamentos sobre a possibilidade de construção de um projeto nacional de emancipação da “nação brasileira”, tendo como culminância histórica o período pré - 64, por ter sido este um período em que se radicalizaram forças que pensavam projetos distintos para a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:**

Dominação, submissão, democracia, mito fundador e história.

Tomaremos como pano de fundo para a análise dos limites e possibilidades de construção de um projeto nacional de emancipação da “nação brasileira”, algumas questões referentes a cultura brasileira e identidade nacional em dois campos fundamentais: o social e o político.

Pensar a questão de uma “cultura” brasileira e na delimitação e contorno que nos torna um “povo acomodado”, como é comum se ouvir, nos remete a várias possibilidades de interpretação.

No entanto, pretendendo compreender numa perspectiva histórica como se constituiu as formas de dominação presente ao longo da formação desta nossa sociedade, no intuito de entender como estas se manifestam em certas atitudes do povo brasileiro ante os fenômenos políticos e sociais, encontramos, entre outras obras, no ensaio *Brasil, Mito Fundador e Sociedade Autoritária* de Marilena Chauí, ótimas reflexões acerca de tais questões.

Segundo Chauí, o mito fundador de nossa história até hoje permanece vivo, influenciando-nos na concepção que temos de nós mesmos como sendo um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre, sensual e sem preconceitos. Temos a concepção de que somos naturalmente um “país de contrastes” por conta de que nossa pluralidade cultural que é um dom de Deus e da natureza, o que produz uma representação mítica dos países, nos situando num plano de natureza-paraíso e nos retirando do âmbito do mundo da história. decorre, em parte dessa visão, nossa postura política e social de resignação diante de fatos conflitantes.

Essa representação é um contraponto às contradições sociais, econômicas e políticas que vemos e vivemos como por exemplo a desigualdade salarial entre homens e mulheres, brancos e negros, a exploração do trabalho de crianças e idosos, a concentração de renda que leva a polarização entre a carência e o privilégio, enfim a uma sociedade com base na exclusão de seus membros.

A construção desse mito fundador que tem suas raízes no nosso descobrimento ou “achamento” como dizem alguns autores, é que fez do Brasil uma invenção histórica de construções culturais sob três operações divinas: a obra de Deus, que se revela na natureza; a palavra de Deus, realizada na história e a vontade de Deus, realizada no Estado. Os três elementos da construção do nosso mito fundador são dissertados por Marilena como a sagração da natureza, da história e do governante, que perpetuam-se ao longo dos tempos através de semióforos, ou seja, as coisas não tem seu valor medido pela sua materialidade e sim por sua força simbólica. Estes semióforos conservam e asseguram que o sentimento de comunhão e de unidade sejam signos de poder, prestígio e posse de propriedades daqueles que detêm o poder para produzir e dominar um meio social.

Marilena expõe no seu ensaio que a escravidão no Brasil-paraíso era justificada pelas teorias do direito natural objetivo e subjetivo. O direito natural objetivo parte da idéia de Deus como legislador supremo que determina as obrigações do mando e obediência, onde o superior naturalmente manda e o inferior

naturalmente lhe deve obediência. O direito natural subjetivo traz a compreensão de que o homem por ser dotado de razão e vontade possui naturalmente os sentimentos do bem e do mal, do certo e do errado, do justo e do injusto, que é o direito natural fundado da sociedade natural.

Dessa forma, a escravidão indígena era explicada e justificada: Sendo os índios sem rei, sem leis e sem religião, não eram portanto sujeitos de direito, portanto só podiam ser escravos naturais, isto é, dotados de servidão voluntária. Essa mesma teoria serve também para justificar mais tarde a escravidão do negro, a exploração da mulher, do trabalhador, do trabalho infantil e tantas outras formas de exploração presentes até hoje em nossa sociedade. Portanto, com a sagração da natureza, a subordinação está legalizada e legitimada pela natureza.

Na verdade, ao refletirmos sobre esse mito fundador e sobre outras formas de legitimação da dominação e suas repercussões na nossa história, não é difícil constatar que as construções sociais realizadas no Brasil, ao longo de 500 anos de história capitalista, foram todas pautadas na polarização extremada de colonizadores e colonizados, escravizadores e escravizados, fazendeiros e colonos, burgueses e operários, letrados e iletrados, escolarizados e analfabetos.

Qualquer que seja o recorte que se faça, estaremos sempre a tratar da história do mando e da submissão, a qual é tão bem representada na terminologia Freyreana “Casa Grande & Senzala”. E é em Freyre que podemos extrair uma excelente análise das micro-relações de poder e suas implicações nas formas de organização social mais amplas.

Segundo Freyre, ainda hoje encontramos resquícios herdados do regime escravocrata, de um sadismo do senhor que manda e um masoquismo de escravo da parte de quem obedece na nossa formação social e política. A tradição conservadora, assinala,

*“sempre tem se sustentado do sadismo do mando, disfarçado em princípio de autoridade ou defesa da ordem. Entre essas duas míticas - a da ordem e a liberdade, a da autoridade e a da democracia - é que vem se equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos”. (FREYRE,1998)*

Assim em diferentes olhares sobre a questão do mando e da obediência, existe uma questão que serve como pano de fundo tanto ao povo pacífico e ordeiro de que fala Chauí, como ao homem cordial a que se refere Sérgio Buarque de Holanda, tanto ao povo híbrido categorizado na obra de Gilberto Freyre: a acomodação a situações adversas e a capacidade de disfarçar os conflitos e antagonismos sempre presentes nas relações entre dominantes e dominados.

Se a submissão do povo brasileiro tem suas raízes ainda no mito fundador da sagração da natureza que encontrava a justificação para a dominação através das teorias do direito natural objetivo e subjetivo, criando um estado de “servidão voluntária”<sup>1</sup>, onde a coletividade se submete a sujeições seguindo cegamente aos ditames de um determinado mando, quais serão as conseqüências deste comportamento para a vida política nacional? Quais são os fatores e acontecimentos que corroboram para que este estado de servidão voluntária fosse se consolidando em diversas etapas históricas?

Na obra *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, de Nestor Duarte, encontramos como exemplo de fatores e acontecimentos que explicam a falta de historicidade da formação política do povo brasileiro os seguintes: extensão geográfica, descontinuidade territorial, dissociação social sob profundo espírito privado, feudalidade de mando com o monopólio da função pública pela própria classe senhorial que representava e resumia a organização privada.

Ora, num país de tão vasta extensão territorial, é normal que a ocupação deste território se desse de forma irregular, criando isolamentos de pequenos grupos, distanciando uns dos outros os seus conquistadores. Entendendo esse conquistador enquanto o senhor branco, rico proprietário de terras e como o único elemento que consegue formar a família patriarcal, se firmar na terra e exercer o poder político, teremos todo as demais categorias de sujeitos desprovidos de condições que lhes assegurassem criar raízes na terra e construir um sentimento comunitário, haja visto estarem sempre transmigrando de um ponto a outro neste vasto território.

Segundo Duarte,

*“Este homem, cuja situação econômica é menos grave pela injustiça e servidão, a que o submetem, do que pela falta de continuidade e fixação que não se lhe dá, se não representa nenhum fator preponderante, atuante e positivo*

<sup>1</sup>Terminologia Gramsciana e utilizada por vários historiadores que salientam aspectos e processos de adaptação dos escravos à condição servil, a ponto de aceitá-la, o que se constituiria numa escravidão consensual.

*dessa organização social, assume sombria proporção como elemento negativo da sociedade brasileira. Não vale pelo o que é, mas pelo que deixou de ser e representar na base da organização econômica e política”.* (DUARTE, 1939: 167)

A dissociação social sob profundo espírito privado pode ser entendida a partir do isolamento geográfico em que se organizavam os grandes proprietários rurais.

*“O grande proprietário rural, na altura e eminência de seu poder, pode mandar e governar sozinho, protegido pela dispersão territorial, sobranceiro ao Estado, num espaço social dividido e subdividido não só pela sua ocupação econômica como pelo exercício de uma jurisdição, legítima ou não, mas sempre efetiva, que o mais notável dessa organização política.”* (DUARTE, 1939:168).

Nestas circunstâncias, podemos perceber também que a submissão vai se configurando de acordo com as condições do mando. Assim, ora pode ser decorrente do medo de alguma tirania, ora da carência de condições que possibilitem ao submisso a consciência de si enquanto ser político, ou ainda, enquanto uma esperança velada de obter vantagens. Mas o mando é sempre um exercício de um poder violento e repressor da parte dos que exercem o poder econômico e conseqüentemente o poder político no Brasil. O certo é que sob a égide do medo e da submissão não pode haver emancipação política, pois não há como interferir nos rumos desta história que sempre esteve polarizada entre os que mandam e os que se submetem.

O povo brasileiro não pode se constituir enquanto povo político no modo de ver de Nestor Duarte, pois se “um povo político é, antes de tudo, um produto histórico”, toda nossa construção histórica desde o início se constituiu enquanto fator impeditivo do nosso povo “viver certos acontecimentos e atingir a certa idade social e estado de organização que o predisponha à forma política ou que já a exijam como condição de sua coexistência e sobrevivência”.

Ora, se é verdade que um povo político é um produto histórico, então são as construções presentes que determinam o futuro? Neste sentido, que conseqüências dessa construção histórica terão se revelado em 1964 quando

forças antagônicas se colocaram como interlocutoras de distintos rumos para a sociedade brasileira? Quais as possibilidades de triunfo de um projeto nacional de emancipação da “nação brasileira”?

O futuro a Deus pertence, ao modo do mito da sagração da história de que fala Marilena Chauí, ou pode ser determinado por ações realizadas no presente?

*“Tanto o desenvolvimento das forças produtivas como a destruição ou criação de determinadas relações sociais, tanto as relações econômicas como as políticas, são produto da atividade prática dos homens”.* (VÁZQUEZ, 1977: 328)

Nestas condições, não há como negar que o homem seja sujeito da história, entretanto a história se realiza dentro de determinadas condições materiais que levam aos homens a criarem suas expressões ideais e categorias nas relações sociais que produzem.

Essa idéia de homem e história não se coaduna com a idéia de concretização - por um sujeito individual - da história já escrita no plano providencial, como é concebida no mito da sagração da história, mas sim com a idéia de que fatores objetivos permeiam a história e ultrapassam os limites das práxis individuais, por vezes escapando à consciência ou aos projetos dos indivíduos.

Neste sentido nos indagamos sobre que fatores objetivos das construções históricas abordadas anteriormente terão se revelado no desenvolvimento de forças opostas ao projeto dos sujeitos que se colocaram como interlocutores de uma sociedade mais justa e menos desigual no Brasil no período pré - 64.

Quando nos remetemos a esse período, notamos que havia na sociedade brasileira a efervescência de idéias populistas e nacionalistas que se concatenavam com a construção de um modelo social mais democrático e contrastante com o autoritarismo que ali se mantinha, ainda herança do patriarcalismo implantado desde a colonização.

Nas grandes cidades, o movimento operário que crescia desde os anos iniciais da década de 50, levava adiante um vigoroso processo de lutas, expelindo velhos patriarcas do Estado Novo e fortalecendo seus mecanismos de reivindicação econômica e pressão política. Articulando-se em pactos sindicais, os trabalhadores urbanos pareciam dispostos a unificar suas forças. Novas organizações se afirmavam provocando a desconfiança dos que temiam pelo rompimento dos limites da negociação salarial.

No campo, o movimento das Ligas Camponesas avançava e ampliava-se a sindicalização rural. O debate político nacional via brilhar um velho tabu: a Reforma Agrária.

No contexto educacional, estudantes e intelectuais assumiam posições favoráveis às reformas estruturais, desenvolvendo uma intensa atividade de militância política e cultural. A UNE em plena legalidade, com trânsito livre e franco acesso às instâncias legítimas do poder, discutia calorosamente as questões nacionais e as perspectivas de transformação que mobilizavam o país.

Ligado à UNE, surgia no Rio de Janeiro, em 1961, o primeiro Centro Popular de Cultura, colocando na ordem do dia a definição de estratégias para a construção de uma cultura “nacional popular e democrática”. Atraindo jovens intelectuais, os CPCs - que aos poucos se organizavam em todo o país - tratavam de desenvolver uma atividade conscientizadora junto às classes populares.

Trabalhando em contato direto com as massas, encenavam peças em portas de fábricas, favelas e sindicatos; publicavam cadernos de poesia vendidos a preços populares e realizavam a produção de filmes autofinanciados, tudo isso para voltar-se coletiva e didaticamente ao povo, restituindo-lhes “a consciência de si mesmo.”<sup>2</sup>

A organização de um amplo movimento cultural didático-conscientizador tomava forma em toda uma série de grupos e pequenas instituições que surgiam vinculadas a governos estaduais, prefeituras ou geradas pelo movimento estudantil. Em Pernambuco, com o apoio do governo de Miguel Arraes, o Movimento da Cultura Popular (MCP) formava núcleos de alfabetização em favelas e bairros pobres. Um novo método criado por Paulo Freire, causava impacto. Contra as cartilhas tradicionais, procurava-se colocar a palavra política no comando do processo de aprendizado como forma de deflagrar a tomada de consciência da situação social vivida pelas populações analfabetas e marginalizadas.

Diante deste cenário, nos cabe observar que este talvez tenha sido o momento mais rico da história de participação democrática na sociedade brasileira e que se confrontava com o esquema tradicional de sustentação do poder até então experimentado no país. A sociedade civil ensaiava a democracia. Se objetivamente

<sup>2</sup>Expressão utilizada no marxismo, onde a “consciência de si” se efetiva na possibilidade do sujeito se reconhecer pertencente a uma classe social.

ou quantitativamente as ações ou a vontade desses homens não foram capazes de dar outro rumo à história, quem participou na construção desse momento, no mínimo nos deixa a impressão de tê-la tocado pelo menos com um dedo.

Porém quem provou que tinha o controle do processo decisório final e de sustentação do poder, foi o Estado, e assim, o significado objetivo dos fatos não coincidiu com a intenção subjetiva dessa parcela do povo brasileiro, pois haviam interesses contraditórios em jogo e forças poderosas que podiam decidir de quem seria a última cartada.

Romanelli analisa o referido período registrando que durante o intervalo que vai de 1930 a 1964, havia um certo equilíbrio entre o modelo Getuliano, de tendências populistas e o modelo de expansão da indústria, onde destaca o importante papel do Estado na implantação das condições de infra-estrutura e indústria básica, gerando-se por esse motivo, o apoio e tolerância do governo às tendências nacionalistas, em certos momentos.

*“A penetração mais intensa do capital internacional foi fator de rompimento daquele equilíbrio e Vargas perdeu o apoio do empresariado e das Forças Armadas”.*(ROMANELLI,1997)

A internacionalização do capital não se coadunava com a política de massas e os apelos do nacionalismo.

O fato, tão conhecido por todos, é que a sociedade política triunfou sobre a sociedade civil, redefinindo assim um novo jogo político onde fica evidente que o poder exercido por esses agentes que pensaram rumos diferentes para a sociedade brasileira foi um fraco poder, que só se realizou enquanto foi “permitido” pelo poder central.

Ainda há de se considerar que estes eram em número muito reduzido em relação aos demais que passaram por esse período sem vivê-lo historicamente e sem ter a consciência de si mesmos. E talvez tenham sido justamente nestes que se submeteram servilmente ao modelo triunfante que os apelos da herança cultural da submissão tenha falado mais alto, onde fica também evidente que a construção histórica até então realizada no Brasil é produto da vontade e da atividade prática de alguns homens que exercem um poder que só se efetiva mediante a submissão de todos os demais.



Neste sentido são as condições objetivas engendradas por estes primeiros que se opõem a constituição de um povo político enquanto produto histórico na perspectiva pensada por Nestor Duarte.

Na verdade aliado ao triunfo do Estado esteve também o conceito do cidadão de bem que é tão presente na imagem que temos de nós mesmos enquanto pessoas pacatas, isoladas, conformadas, resignadas, passivas, inertes, que diz “sim, senhor” e se submete aos “podres poderes” como se expressa José Murilo de Carvalho.

Não nos cabe aqui conjecturar sobre as conseqüências do triunfo da sociedade civil em lugar do triunfo do Estado para a democracia brasileira, até porque o que adveio desse segundo fato nós já conhecemos muito bem e da segunda hipótese jamais se saberá, pois mesmo que esta venha a triunfar em outros momentos de embate, os atores e as circunstâncias históricas já serão outros diferentes dos que se colocavam naquele dado momento, porém, o que fica evidente é nossa tradição em ter dificuldades de organização acerca de questões políticas sobre nossos direitos enquanto cidadãos. Travamos dentro de nós mesmos uma luta velada contra os semióforos que se consolidaram ao longo de nossa formação social, o que nos faz entender que o rompimento com cada um deles é um processo histórico, quiçá não tão longo quanto o de sua formação. Como acreditamos na história enquanto movimento, temos convicção de que eles serão superados, esperamos que numa construção histórica de espaço de tempo menor que 500 anos.

**ABSTRACT:** This article spans about ways of domination practiced in some moments of historical building of Brazilian society. Analyzing the myth created since the Brazil discovery and population was of Brazilian territory while impediment element of Brazilian people to build ourselves perception while subjects in history and to analyze also political social reflects of extreme polarization between social clusters for. Of one side for people that have the authority and the other side people that to submit to then since this understanding to raise some question about the possibility of building a national plan emancipation to Brazilian nation had how top most the cycle before 64 by had been a time in were reprehend people who thought different plans to Brazilian society.

**Key words:**

Domination; submission; democracy; myth founding.

## Bibliografia

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: Record, 1998

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Praxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

DUARTE, Nestor. A ordem privada e a organização nacional. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939